



CADERNO DE QUESTÕES

BANCA I – Direito Civil; Direito Processual Civil; Direito Empresarial; Tutela Coletiva e Princípios Institucionais da Defensoria Pública

1ª QUESTÃO (VALOR: 25 PONTOS)

A Defensoria Pública ajuizou ação civil pública com o objetivo de determinar o restabelecimento da prestação de serviço de transporte público rodoviário intermunicipal, conforme estabelecido no contrato de concessão que deixou de ser cumprido pela concessionária sem qualquer aditamento contratual. A sentença julgou o pedido procedente e determinou, dentre outros comandos, que o serviço fosse restabelecido conforme o contrato, a contar da intimação da sentença, sob pena de multa diária de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), tendo sido concedida a tutela provisória de urgência na própria sentença. A parte ré interpôs apelação e a sentença foi confirmada. Interpôs, em seguida, recurso especial, inadmitido, e agravo em recurso especial, ao qual não foi atribuído efeito suspensivo e se encontra pendente de julgamento. Considerando que a parte ré deixa a população desatendida até o momento, pergunta-se:

- Qual a medida cabível para que a população possa ter o serviço imediatamente restabelecido? A multa fixada em sentença já pode ser executada? Fundamente.
- É possível estabelecer calendário para o cumprimento do julgado por meio de convenção processual? Fundamente.

2ª QUESTÃO (VALOR: 25 PONTOS)

Em uma Ação de Despejo em que a parte assistida pela Defensoria Pública efetivou o tempestivo depósito para emenda da mora, o locador impugnou o valor alegando ser insuficiente e apresentou a planilha com o cálculo da diferença que entenda devida. Concluso o processo, o Juiz de Direito despachou facultando complementar o depósito no prazo de 10 (dez) dias. No despacho, foi determinada a intimação da parte ré, locatária, na pessoa do(a) Defensor(a) Público(a) para fins de exercício da faculdade de complementação do depósito da purga da mora. O(A) Defensor(a) Público(a) foi intimado(a) da decisão, mas não conseguiu contato com a parte assistida, apesar de reiteradas tentativas. Está correta a ordem para intimação da parte na pessoa do(a) Defensor(a) Público(a)? Fundamente. O que deve requerer o(a) Defensor(a)?

3ª QUESTÃO (VALOR: 25 PONTOS)

Luiz procura a Defensoria Pública declinando que se encontra numa situação financeira muito difícil, com várias contas atrasadas, tendo seus vencimentos de servidor público do Estado do Rio de Janeiro retidos em 57%, em razão de contratos de mútuo, sob a forma consignada, celebrados com quatro instituições financeiras diversas, tendo descontado, ainda, prestação alimentar, em folha de pagamento, em 10% dos seus vencimentos brutos. Luiz, apesar de ter salário de R\$ 4.500,00 (já deduzidos os descontos obrigatórios de Imposto de Renda e previdência), por conta das obrigações financeiras assumidas não está conseguindo se manter e sustentar sua família, composta pela sua atual companheira, dois filhos menores e um enteado, além de pagar aluguel. Luiz comparece munido de toda documentação contratual. Luiz declara não ter condições financeiras de pagar custas e honorários de qualquer espécie. a) Que providência(s) deve(m) ser tomada(s) na tutela dos interesses de Luiz? b) Caso venha a ser indeferida a gratuidade na ação a ser proposta, que medida deverá ser adotada? (Fundamente A e B)

4ª QUESTÃO (VALOR: 25 PONTOS)

João e Pedro viviam em união homoafetiva desde 2013, situação esta rompida pela morte prematura de Pedro,



XXVI CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – PROVA ESCRITA PRELIMINAR – DIA 5 DE AGOSTO DE 2018

vitimado por um acidente de trânsito ocorrido em maio de 2018. Maria, irmã de Pedro, sua única parente viva, ajuíza ação de reintegração de posse em face de João, sustentando tratar-se de mero comodato tendo, inclusive, notificado o réu previamente. João procura o(a) Defensor(a) Público(a), após ser citado na ação de reintegração de posse, informando que João e Pedro residiam no apartamento adquirido por Pedro em 2014. João informa, também, que não havia escritura comprovando a união ou qualquer disposição sobre partilha de bens entre os companheiros. O que deve ser feito na tutela dos direitos de João? Fundamente.

BANCA II – Direito Penal; Direito Processual Penal; Direito de Execução Penal; Criminologia

1ª QUESTÃO (VALOR: 25 PONTOS)

No dia 24/07/2017, JOÃO teria subtraído um aparelho celular de propriedade de LUCAS, mediante grave ameaça consistente em dizer, ao empunhar um pedaço de madeira, que o mataria, estando incurso nas penas do art.157§2º, I, do Código Penal. Na data do fato, JOÃO já ostentava uma condenação pretérita com trânsito em julgado em 17/10/2016 e ainda viria a praticar outro delito patrimonial em 30/09/2017, que ensejou sentença condenatória transitada em julgado em 05/04/2018. JOÃO reconheceu em Juízo a subtração e afirmou ter dito que machucaria LUCAS, mas negou o emprego do pedaço de madeira. Proferida sentença em audiência no dia 30/07/2018, lastreada nos depoimentos de dois policiais e no interrogatório de JOÃO, este veio a ser condenado à pena de 7 anos, 3 meses e 3 dias de reclusão, em regime fechado, e 16 dias-multa. A pena base foi fixada 1/6 acima do mínimo legal em razão dos maus antecedentes, aumentada em mais 1/6 pelo reconhecimento da agravante da reincidência e, na 3ª etapa da dosimetria, elevada em 1/3 pelo emprego de arma. O que você, Defensor(a) Público(a), sustentaria em apelação na defesa de JOÃO?

2ª QUESTÃO (VALOR: 25 PONTOS)

Dois policiais estavam em patrulhamento de rotina quando avistaram um casal trafegando em uma moto. Após a realização de revista pessoal do motorista, nada de ilícito foi encontrado. Durante a revista, Filórdia, que estava na garupa da moto, recebeu um telefonema e se mostrou apreensiva. Os policiais, suspeitando da atitude, a mandaram atender o telefonema no “viva a voz”, o que foi realizado por Filórdia. Neste momento ouviram as seguintes palavras da mãe de Filórdia: “...tira daqui esse rádio que não para de falar coisas estranhas...”. Após tal fato, os policiais conduziram Filórdia à sua residência, sendo que a entrada restou franqueada por sua mãe. Dentro da casa, os policiais ouviram a transmissão de supostos traficantes de drogas, o que gerou a prisão em flagrante de Filórdia e apreensão do rádio transmissor. Filórdia permaneceu em silêncio em sede policial e judicial. No entanto, os policiais confirmaram a dinâmica do fato e declararam, ainda, que durante o trajeto à Delegacia, Filórdia teria confessado que estaria com o rádio há dois dias para informar a entrada de pessoas na comunidade, objetivando a compra de drogas. Diante das provas produzidas, Filórdia foi condenada a 3 anos de reclusão em regime aberto pela prática do crime de associação ao tráfico (art. 35, Lei nº 11.343/06). Com a intimação da decisão condenatória, na qualidade de Defensor(a) Público(a), qual a medida que você tomaria e sob quais os fundamentos?

3ª QUESTÃO (VALOR: 25 PONTOS)

De acordo com os dados do Infopen/2017, em junho de 2016 existiam 726.712 pessoas privadas de liberdade no Brasil. O levantamento mostra que os delitos de tráfico de drogas representam 28% da população prisional, indicando ainda que 64% desta população é composta por pessoas negras e que 75% não chegou ao ensino médio. Refletindo sobre os dados apresentados, discorra sobre a noção de seletividade do sistema penal e sua relação com os conceitos de criminalização primária e secundária.



XXVI CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – PROVA ESCRITA PRELIMINAR – DIA 5 DE AGOSTO DE 2018

4ª QUESTÃO (VALOR: 25 PONTOS)

Riquelme foi condenado pela prática do delito roubo circunstanciado pelo emprego de arma (art. 157§2º, I, CP) à pena de 5 anos e 8 meses de reclusão em regime fechado, em sentença transitada em julgado em dezembro de 2017, cumprindo pena, atualmente, em unidade prisional do Complexo de Gericinó. Em 20/07/18, o diretor da unidade determinou a extração de DNA - ácido desoxirribonucleico – de todos os presos, por coleta de saliva com cotonete, para identificação do perfil genético e armazenamento em banco de dados sigiloso, nos termos do art.9º-A da Lei de Execuções Penais. Riquelme recusou-se a submeter-se ao procedimento, mantendo sua boca fechada para evitar a extração de sua saliva e, por isso, o diretor instaurou processo administrativo disciplinar pela prática de falta grave, com base no art.50, inciso VI c/c art.39, inciso V da Lei de Execuções Penais. Quais argumentos jurídicos poderiam ser utilizados pelo Defensor(a) Público(a) na defesa de Riquelme no processo administrativo?

Nota:

“Art.9º.-A, LEP. Os condenados por crime praticado, dolosamente, com violência de natureza grave contra a pessoa, ou por qualquer dos crimes previstos no art. 1º., Lei 8072/90[...], serão submetidos, obrigatoriamente, à identificação do perfil genético mediante extração de DNA[...] por técnica adequada e indolor.

Art. 50, caput, LEP. Comete falta grave o condenado à pena privativa de liberdade que: VI- inobservar os deveres previstos nos incisos II e V do art. 39 desta Lei.

Art. 39, caput, LEP. Constituem deveres do condenado: V- execução do trabalho, das tarefas e das ordens recebidas.”

BANCA III – Direito Constitucional; Direito Administrativo; Direitos Humanos das Pessoas em Situação de Vulnerabilidade; Direito da Criança e do Adolescente

1ª QUESTÃO (VALOR: 25 PONTOS)

Dandara, criança com síndrome de Dandy-Walker, que causa distúrbios neurológicos, está matriculada em Escola Municipal, em Paraty. Conforme laudo médico emitido, precisa de profissional de apoio escolar, uma vez que, em virtude da doença, necessita de auxílio para se alimentar, tomar notas e locomover-se. Sua mãe procura o órgão da Defensoria Pública, que oficiou à Secretaria Municipal de Educação, tendo sido informado: 1) a função não está prevista no plano de cargos e salários, não havendo profissionais no quadro de servidores para realizar a tarefa; 2) inexistente previsão na lei orçamentária para a contratação de profissionais, o que esbarraria na reserva do possível; 3) não foi realizada avaliação biopsicossocial por equipe multidisciplinar atestando ser Dandara pessoa com deficiência. A mãe de Dandara, de posse da resposta, procura novamente a Defensoria Pública, solicitando orientação. Existe alguma medida judicial a ser tomada? Fundamente.

2ª QUESTÃO (VALOR: 25 PONTOS)

À luz do Sistema Interamericano de Direitos Humanos, quais são as obrigações dos Estados em casos em que se alega a ocorrência de fatos constitutivos de tortura? Diante de um caso concreto de tortura, qual o protocolo de atuação de Defensores(as) Públicos(as)?

3ª QUESTÃO (VALOR: 25 PONTOS)

Nzeza, criança com 05 anos e nascida no Congo, encontra-se em instituição de acolhimento situada no Município



XXVI CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – PROVA ESCRITA PRELIMINAR – DIA 5 DE AGOSTO DE 2018

do Rio de Janeiro. Ingressou no Brasil fugindo do conflito armado que acontece no país de nascimento. Durante a viagem de navio, em que ingressara de forma clandestina junto com sua mãe, esta veio a óbito. Ao desembarcar, o Conselho Tutelar foi acionado, tendo providenciado o acolhimento, com comunicação à Vara da Infância e Juventude competente. Nzeza não possui qualquer documento, não está inserida em estabelecimento de ensino e não conseguiu atendimento psicológico e médico na rede. Você, em visita à entidade de acolhimento, depara-se com o caso. Existem medidas a serem tomadas em favor da criança? Quais? Justifique.

4ª QUESTÃO (VALOR: 25 PONTOS)

Leia os textos abaixo, identifique e discorra sucintamente sobre as violações de direitos humanos presentes. Indique também formas de atuação da Defensoria Pública para combatê-las.

Texto 1. “Vozes-Mulheres. A voz de minha bisavó ecoou criança nos porões do navio, ecoou lamentos de uma infância perdida. A voz de minha avó ecoou obediência aos brancos-donos de tudo. A voz de minha mãe ecoou baixinho revolta no fundo das cozinhas alheias debaixo das trouxas roupagens sujas dos brancos pelo caminho empoeirado rumo à favela. A minha voz ainda ecoa versos perplexos com rimas de sangue e fome. A voz de minha filha recolhe todas as nossas vozes recolhe em si as vozes mudas caladas engasgadas nas gargantas. A voz de minha filha recolhe em si a fala e o ato. O ontem – o hoje – o agora. Na voz de minha filha se fará ouvir a ressonância o eco da vida-liberdade”. Conceição Evaristo. Poemas da Recordação e outros Movimentos. Rio de Janeiro. Ed. Male 2017. Pág. 24 e 25.

Texto 2. “Débora Diniz lembrou a história de Ingriane Barbosa, mulher negra, trabalhadora doméstica, mãe de 3 filhos, que morreu no mês passado, aos 30 anos, após fazer um aborto de forma insegura em casa, em Petrópolis, na região serrana do Rio. ‘Ela morreu com um talo de mamona no útero. É mãe de 3 filhos e o que se sabe é que já tinha feito um aborto. Se assim foi, se essa história é verdadeira, nós perdemos, como Estado, uma oportunidade de prevenir o segundo aborto e certamente de ter Ingriane viva. É na rota crítica de uma mulher que faz aborto que podemos e devemos apresentar medidas de prevenção”, afirmou a antropóloga. “A criminalização do aborto matou Ingriane e deixou seus filhos órfãos.” Diniz reforçou ainda que a abstração dos números esconde que, apesar de o aborto ser um evento comum na vida das mulheres brasileiras, o risco é distribuído de forma desigual, pesando muito mais sobre mulheres mais jovens, mais pobres, das regiões Norte e Nordeste, negras e indígenas. Quem são as mulheres que abortam? Essa multidão pode ser descrita por números: uma por minuto, 1 a cada 5 mulheres aos 40 anos. 56% delas são católicas e 26%, evangélicas. É a mulher comum brasileira.” Novamente aí está Ingriane e faço questão de pedir que se lembrem dela. Para aqueles que nunca viram o racismo como parte da criminalização do aborto, ou nunca viram o racismo como uma das causas de morte materna, que guardem a foto de Ingriane, recolham um talo de mamona e façam um porta-retrato na sua casa, porque a partir daí, nunca mais vão esquecer.” Huffpostbrasil Disponível em <https://www.huffpostbrasil.com/2018/08/03/debora-diniz-a-criminalizacao-do-aborto-matou-ingriane-e-deixou-seus-filhos-orfaos_a_23495678/> Acesso em 04/08/2018